

Às 19h10min (dezenove horas e dez minutos), do dia 2 de junho de 2026, a Conselheira Jucilaine Fernandes de Oliveira, 1ª Secretária do CME, abriu a 467ª Sessão Plenária deste Conselho utilizando a plataforma Google Meet. **Pauta:** 1. Estabelecimento do teto. 2. Aprovação da Ata 464. 3. Educação Digital e Midiática. 4. Informes: 4.1. Seminário “Menos Tela, Mais Brincar”; 4.2. greve dos trabalhadores em educação da Rede Municipal de BH; 4.3. etapa Territorial da Conferência Estadual de Educação. 5. Encaminhamentos. **Conselheiros Presentes:** Bárbara Mendes da Silva, Carolina Azevedo Moreira, Caroline Mendes de Oliveira, Ciméria Magela Cardoso Campos Machado, Edson Junior Campos de Faria, Janaina Silveira de Oliveira Diniz, João Valdir Alves de Souza, Jucilaine Fernandes de Oliveira, Kelson Damasceno, Katherine Torres, Maria Antonieta Sabino Viana, Rogério Helvídio Lopes Rosa, Rômulo Sérgio Rodrigues Arreguy, Sâmara Carla Lopes Guerra de Araujo, Sarah Luiza Rodrigues Duarte de Goiás **Justificou ausência:** Ivina Paula de Souza, Jerry Adriani da Silva, Ronaldo Maia Gonçalves, Reinaldo Felício de Lima, Liliani Salum Alves Moreira, Thiago Luiz Ferreira Miranda, Leticia Fonseca Fernandes, Cristiane Nunes de Oliveira, Priscilla Dantas Delphino, Juliana da Conceição Estanislau. **Membros da Secretaria Executiva presentes:** Alex Corradi e Elissandra de Cassia dos Santos **Desenvolvimento da Plenária:** A Conselheira Jucilaine Fernandes de Oliveira cumprimentou à todos os presentes, agradeceu a presença propôs o teto da reunião para 20 horas, prorrogável até 20:30 que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, a Conselheira que preside a Plenária leu a proposta de pauta na íntegra e após aprovação da mesma, a Conselheira Maria Antonieta Sabino Viana solicitou a inversão de pauta para que o ponto 4.2 passasse a ser o ponto 2 e a proposta foi aprovada pelos presentes. Em seguida a Plenária foi consultada se havia alguma sugestão ou apontamento relativo à ata 464 e não havendo, foi aberta a votação e o referido documento foi aprovado por unanimidade. Na sequência, a Conselheira Jucilaine informou que na reunião da Mesa Diretora conversou-se que essa pauta seria um espaço aberto para as pessoas darem sua opinião e passou a palavra à Conselheira Antonieta. A Conselheira Antonieta iniciou a sua fala dizendo que hoje houve mais um capítulo a respeito da greve de professores e que ele foi bem desagradável porque os manifestantes foram recebidos pela tropa de choque. Disse ainda que o motivo principal da greve é a falta de diálogo entre a Secretaria de Educação e os trabalhadores e que o CME vem enfrentando esse mesmo problema já que tudo que é encaminhado à secretaria, não tem resposta e apoiadores do movimento de greve, como vereadores, Fórum Mineiro, Fórum da Educação Infantil estão relatando a mesma dificuldade. Segundo a conselheira isso é um problema sério dentro de uma gestão democrática e propôs que o CME apresente uma nota de repúdio a tudo que está acontecendo, principalmente porque as discussões que estão sendo feitas já possuem normatização do CME e a Secretária atropela todas elas e mais a LDB, a Constituição e as normatizações do Conselho Nacional de Educação. Concluiu dizendo que Conselheiros e Conselheiras não são moleques, são pessoas eleitas em uma Conferência de Educação, que amanhã haverá uma audiência pública na Câmara dos Vereadores para discutir o Plano Municipal de Educação e o CME não foi comunicado e tudo isso é muito preocupante. O Conselheiro João Valdir Alves de Souza perguntou se a nota seria em nome do CME ou seria uma manifestação individual e a resposta foi que seria uma manifestação coletiva. O Conselheiro Rômulo Sérgio Rodrigues Arreguy pediu a palavra e sugeriu que o documento sugerido pela Conselheira Antonieta, além de repudiar todas as ações, que consideramos violentas e antidemocráticas, cobre a negociação do governo com os professores. A Conselheira Antonieta esclareceu que o documento será

criado no drive, compartilhado com todos para que possam acompanhar e posteriormente será aprovado. Na sequência, a proposta da Conselheira Antonieta foi submetida à votação e com 7 votos a favor e 6 abstenções, a proposta foi aprovada. A Conselheira Jucilaine, que preside a Plenária, consultou à Secretaria Executiva quanto aos próximos passos. A Secretaria Executiva informou que pode fazer uma comissão relatora que fará a proposta do texto e a plenária decide se o texto deverá voltar para ser aprovado ou se a comissão, retirada hoje, terá a prerrogativa de fazer um texto que será encaminhado e passará na plenária só para conhecimento. A Conselheira Jucilaine afirmou achar interessante tirar a comissão, mas tem a preocupação com a decisão do texto ir direto porque o pleno está esvaziado em função da greve e o Presidente está ausente. Em ato contínuo, a Conselheira consultou quem gostaria de compor a comissão para redação da nota e as Conselheiras Maria Antonieta e Bárbara se apresentaram, assim como o Conselheiro Rômulo. Em seguida, a Secretaria Executiva esclareceu que precisa ser definido se o texto voltará para aprovação em plenária, se o arquivo a ser criado e compartilhado no drive terá a comissão como editor e demais conselheiros como comentadores e o prazo para finalização do texto. A Conselheira Jucilaine disse achar interessante estabelecer um prazo, nem que seja pequeno para quem quisesse contribuir, principalmente pela votação que tivemos, quase meio a meio, e o número grande de faltas e concluiu dizendo que deveria sim ter essa oportunidade de concordar ou não com texto ou sugerir alguma coisa. A Conselheira Janaína pediu esclarecimentos quanto ao documento compartilhado no drive, perguntando se a comissão será editor, como os demais Conselheiros poderão participar. A Secretaria Executiva esclareceu que o documento será compartilhado com os membros da comissão como editores e os demais conselheiros poderão fazer comentários no documento, dentro do prazo que será definido, para que a comissão avalie se acata ou não. A Conselheira Sâmara perguntou que dia será a próxima assembleia de greve e diante da resposta de que será na segunda-feira, dia 08/06/2026, sugeriu que o texto seja compartilhado como de praxe e assim que finalizado seja publicado no grupo de WhatsApp do CME/BH para que todos possam ter conhecimento e votar na aprovação ou não do texto. A Conselheira Antonieta pediu a palavra e reafirmou a importância e urgência da manifestação do CME contra a falta de diálogo da SMED e propôs que a comissão faça uma proposta de texto até na próxima quarta-feira à noite, os demais conselheiros poderão dar suas contribuições até sábado e no domingo a comissão finaliza. A Secretaria Executiva informou que o documento criado no drive será disponibilizado logo após encerramento da plenária conforme deliberado, membros da comissão como editores e demais como comentadores e não haverá necessidade de retornar para a formatação. Em seguida foi votada a seguinte proposta: produção de um texto de escrita coletiva pela comissão, comentários dos demais conselheiros, a redação começa na quarta-feira à noite e fica aberta até o sábado. Após votação, por unanimidade, a proposta foi aprovada. Ato contínuo foram tratados o parecer e a resolução da educação digital e midiática. Uma conselheira representante da Câmara Técnica de Política Pedagógica, responsável pela condução dos trabalhos, fez um breve histórico, a saber: a) Na plenária anterior, foi solicitado um prazo adicional para que os(as) conselheiros(as) pudessem enviar contribuições ao texto. b) As contribuições recebidas, em especial as da conselheira Maria Antonieta Sabino Viana, foram analisadas pela câmara técnica em comento, consideradas pertinentes e incorporadas ao documento. c) Os ajustes concentraram-se principalmente na seção relativa à educação infantil, com ênfase na necessidade de evitar a exposição excessiva de crianças pequenas às telas e de promover atividades pedagógicas sem uso de dispositivos

digitais. Também foram revistos trechos da minuta de resolução para torná-la mais clara e alinhada às legislações de referência. d) Após a finalização dos ajustes, o texto foi compartilhado com todos e todas os(as) conselheiros(as) por e-mail, juntamente com o convite para a presente plenária, para leitura prévia. e) Destacou a urgência na aprovação, uma vez que a Secretaria de Educação necessita do documento aprovado pelo conselho para cumprir prazos institucionais. Em novo aparte a conselheira Maria Antonieta Sabino Viana, solicitou que fosse registrado em ata o agradecimento público pelo acolhimento do trabalho desenvolvido pela Câmara Técnica de Política Pedagógica, pedido esse que se registra neste momento. Intervenção do conselheiro Rômulo Sérgio Rodrigues Arreguy, informou que havia elaborado uma tabela comparativa com sugestões de alterações ao texto, baseada em discussões ocorridas na reunião da CTPP. Ele perguntou se tais sugestões poderiam ser avaliadas antes da votação. Em reposta, a representante da CTPP esclareceu que o prazo para contribuições havia sido encerrado na reunião da câmara, e que o texto ali aprovado seguiu o trâmite estabelecido na plenária anterior: a) envio de contribuições até a reunião da câmara; b) acolhimento e redefinição do texto pela câmara; c) aprovação na câmara; d) devolução à mesa diretora; e) submissão à plenária. Acrescentou que, devido ao prazo exíguo, não foi possível incorporar as sugestões do conselheiro Rômulo sem retornar à câmara, o que inviabilizaria o cronograma. Após debate, a Presidente em exercício colocou em votação a continuidade do encaminhamento: manter o texto já distribuído para aprovação imediata, considerando que o rito anterior já havia sido cumprido. Por consenso do Pleno, decidiu-se prosseguir com a votação do texto encaminhado e aprovado na câmara técnica. Votação - submetidos à apreciação do Pleno os dois documentos - resolução e parecer sobre educação digital e midiática, realizou-se a votação nominal por meio de sinalização eletrônica ("levantar a mãozinha"). O resultado foi o seguinte: Votos favoráveis: 9; Abstenções: 3; Votos contrários: nenhum. Diante da maioria regimental, a Presidente em exercício declarou aprovados o parecer e a resolução sobre educação digital e midiática, com determinação de que os documentos sejam anexados aos registros do conselho para a regular tramitação. Informes: a) Atividade "Menos tela e mais brincar", foi informado que o conselheiro responsável pelo informe, justificou a ausência na plenária de hoje, sendo a pauta remetida para a próxima plenária ordinária. b) Etapa territorial da Conferência Estadual de Educação, os(as) conselheiros(as) relataram que a etapa territorial da Conferência Estadual de Educação ocorreu sem o apoio do poder executivo municipal, segundo relatam, foi viabilizada pelo Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais, pelo Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte e por sindicatos. Registrou-se a preocupação com o esvaziamento da conferência e com a ausência de suporte do poder público nas esferas estadual e municipal. Nada foi deliberado. c) Foi levantada pelos(as) conselheiros(as) a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte, agendada para o dia 3 de junho de 2026, às 9h15min, com a finalidade de discutir a "construção do Plano Municipal de Educação à luz do novo Plano Nacional de Educação". Observou-se que não houve ampla divulgação, que supostamente muitos parlamentares da Comissão de Educação desconheciam o evento e que não havia documentos ou lista de convidados disponíveis. Diante da falta de informações claras, não foi possível designar um representante do conselho para participar da audiência. Alguns(mas) conselheiros(as) comprometeram-se a buscar mais dados junto a contatos na Câmara Municipal e a compartilhar qualquer informação relevante no grupo de trabalho do conselho.

Nada havendo mais a tratar a reunião foi encerrada às 20h16min, com a Presidente em exercício agradecendo a presença de todos(as). -----